

Uma polêmica, dois prefácios, um romance: Aquilino Ribeiro e D. Sebastião

*A controversy, two forewords, one novel: Aquilino
Ribeiro and D. Sebastião*

Anamaria Filizola *

RESUMO:

Este artigo aborda o romance de Aquilino Ribeiro (1885-1963) *Aventura maravilhosa de D. Sebastião, rei de Portugal, depois da batalha com o Miramolim* (1936) no contexto da polêmica sebástica que envolveu Carlos Malheiro Dias (1875-1941) e António Sérgio (1883-1969), acontecida em 1924-25, desencadeada pela publicação do opúsculo *Exortação à mocidade* (1924), de autoria do primeiro. Aquilino Ribeiro foi amigo dos dois polemistas: *Terras do demo* (1919), é dedicado a Malheiro Dias, e *Aventura maravilhosa*, a António Sérgio.

Palavras-chave: *Aquilino Ribeiro, Aventura maravilhosa, polêmica sebástica, Carlos Malheiro Dias, António Sérgio.*

51

ABSTRACT:

This paper studies Aquilino Ribeiro's (1885-1963) novel *Aventura maravilhosa de D. Sebastião, rei de Portugal, depois da batalha com o Miramolim* (1936) in the context of the sebastianistic (*sebástica*) controversy between Carlos Malheiro Dias (1875-1941) and António Sérgio (1883-1969), which occurred in 1924-25. The controversy was triggered by Carlos Malheiro Dias' *Exortação à mocidade* (1924). Aquilino Ribeiro was a friend of both polemists: he dedicated his *Terras do Demo* (1918) to Malheiro Dias and *Aventura maravilhosa* to António Sérgio.

Keywords: *Aquilino Ribeiro, Aventura maravilhosa; "sebastianistic" (sebástica) controversy, Carlos Malheiro Dias, António Sérgio.*

* Professora aposentada de literatura portuguesa da UFPR.

Mas o intruso, aproveitando-se da perplexidade, fazia o relato de sua aventura maravilhosa. (...) Segundo os testemunhos mais fidedignos, vós tínheis caído na batalha. A boa lógica não autorizava outra versão. (...) Pois, não senhor! Na opinião de quase todo o Portugal, escapastes à batalha e fostes para o mar dos Sargaços aprestar a frota que havia de derrotar o turco, o inglês, e, claro, fazer morder o pó ao detestado leão de Castela, representado pela minha pessoa, herdeiro do trono de Portugal conforme as leis divinas e humanas, desde que Vossa Majestade não deixara sucessores directos. Mas vedes o desconchavo duma crendice que tomou foros de lenda e, se nos não deu água pela barba, não deixou de causar os seus engulhos, suscitando-nos uns impostores que se fizeram passar por Vossa Majestade e criando nas turbas um estado de espirito lunático, sombrio e avesso às realidades, sobre que poderão enxertar-se dum momento para o outro as mais imoderadas rebeldias.

(Aventura maravilhosa de D. Sebastião, p. 217; 221)

O tema sebástico exige ponderação na abordagem. Por um lado, porque a literatura a respeito da matéria – que se estende por cerca de quatro séculos –, é imensa; por outro, porque a sua origem mesma é controversa, o que em parte explica a abundância de escritos em torno do assunto. Grosso modo, podemos resumi-la numa interrogação: na infausta batalha de Alcácer Quibir, D. Sebastião teria morrido ou desaparecido? Tal dúvida, dadas as circunstâncias da derrota no Marrocos e os seus desdobramentos em Portugal, teria gerado a expectativa do seu regresso. Por algum tempo, tal espera é aceitável, lembremos que o rei tinha 24 anos na altura da expedição. A essa espera insistente, chamou-se sebastianismo. A espera extemporânea, que se torna fantástica com o passar do tempo, virou motivo de crença ou de troça. Muitas vezes o tema sebástico, i.e., que diz respeito ao rei e aos fatos a ele relacionados, é tomado a priori por sebastianismo, assim como o sinal de compreensão pelo rei, acusado de culpa dos infortúnios acontecidos ao reino. Além de controverso, o tema sebástico é fonte de muitos preconceitos.

O romance de Aquilino Ribeiro (1885-1963), *Aventura maravilhosa de D. Sebastião* não é sebastianista. Data de 1936, quando ainda se ouvem ecos do que ficou conhecido como “polêmica sebástica”, havida, em 1924-25, entre António

Sérgio (1883–1969) e Carlos Malheiro Dias (1875–1941), ambos seus amigos.¹ A hipótese é que o romance dialoga com as posições de Sérgio e Malheiro Dias. Para estabelecer um determinado protocolo de leitura, precisamos de destacar – ao longo do século XIX – alguns acontecimentos que reavivaram discursos quer a respeito do rei, quer a respeito do sebastianismo. Nos oitocentos, é comum afirmar, a matéria sebástica se singulariza por abranger a produção artística em geral. Diz Vítor Amaral de Oliveira: “(...) no século XIX, quer pelas circunstâncias políticas, quer pela nova postura estética que acompanha o Romantismo, o assunto vai ser tratado em todos os aspectos artísticos, culturais e históricos, com avultados exemplos”. (OLIVEIRA, 2002, XXXII).

As invasões francesas (1807–1811) e a conseqüente mudança da corte para o Brasil inauguram de modo traumático o século XIX português. A ausência da família real e da corte, as convulsões bélicas e a ingerência estrangeira, primeiro francesa e espanhola e a seguir inglesa, provocam um surto sebastianista, talvez por uma memória atávica dos acontecimentos pós Alcácer Quibir, quando o reino falido, sem homens e sem rei, passa ao domínio espanhol. As primeiras manifestações, de cunho popular, prenhes de credices e superstições, nos chegam pelo relato de José Acúrsio das Neves, na sua *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste Reino*, publicada em cinco tomos entre 1810 e 1811, no calor da hora²:

A entrada dos franceses em Portugal deu-lhes [aos sebastianistas] novas forças, que foram crescendo à proporção que o peso das suas vexações se aumentava: metade de Lisboa fez-se sebastianista. (...)

Desde este momento o velho da fundição passa por um profeta, e o estampador da Praça da Alegria por um homem de raro saber; e estes dois apóstolos, rodeados de um grande número de discípulos, levam consigo as turbas. Revolveram-se mais do que nunca os antigos escritos e profecias que fazem para o caso. As do Bandarra, de que algumas trovas são terminantes, foram sempre muito respeitadas; mas agora ficaram escurecidas pelas do Mouro de Granada, e sobretudo pelas do pretinho do Japão, pela precisão e clareza com que falam, designando até os nomes. Vieram em seu socorro muitos milagres e muitas revelações de santos e santas e de alguns veneráveis (...), os testemunhos de vários mudos que falaram, e de uma criancinha de três meses

1 Malheiro Dias prefaciou o livro de contos com que Aquilino estreia, *Jardim das tormentas* (1913); cinco anos depois, este dedica ao “meu querido e príncipe das letras”, que é Malheiro Dias, o romance *Terras do demo*, e a António Sérgio, em 1936, *Aventura maravilhosa de D. Sebastião*. Num meio intelectual pequeno como o português da primeira metade do século XX, é compreensível que as pessoas ora partilhem dos mesmos interesses, ora divirjam nas ideias.

2 Cf. Cap. xxvi: Digressão curiosa sobre os sebastianistas e suas opiniões; relações que estes tinham com os seus sucessos públicos; negociações inúteis de Junot com o Almirante Cotton para este deixar de introduzir víveres em Lisboa (...). (NEVES, 2008, p. 170)

que mesmo nesta ocasião falou para confundir os incrédulos, apontando-se o bairro, a rua, a casa em que isto sucedera (...).

Faz pasmar a rapidez com que estes Sonhos adquiriram imensos prosélitos de todas as ordens; de tanto é capaz o entendimento humano! (NEVES, 2008, p. 171-2)

Mas as manifestações sebastianistas não ficaram somente nos milagres engendrados por finórios da população; outro público, desta vez letrado (“letrados de segunda classe”, assim os designa José Acúrsio das Neves), serviu-se do mote. É ainda o historiador que nos dá notícia do que posteriormente ficou conhecida como “guerra sebástica”:

Têm-se dito injúrias aos sebastianistas, e houve quem os quisesse despicar: daqui nasceu esta renhida guerra de pena, que diverte os ociosos, faz trabalhar as imprensas e dá dinheiro aos combatentes; é de sentir que também dê consumo a muito papel que podia empregar-se em objectos mais úteis; gênero de que Portugal sente uma grande falta. Não há razão para dizer injúrias àquela pobre gente, que não ofende a pessoa alguma, e de que o grande apego às suas opiniões extravagantes mostra o seu ódio aos usurpadores, a sua fidelidade aos seus reis naturais; paixões que exaltou ao último ponto a opressão do reino, debaixo de um governo usurpado. (NEVES, 2008, p. 173)

O papel foi gasto na publicação de cerca de 30 folhetos, a favor e contra os sebastianistas, com variações de extensão, de humor e seriedade no tratamento do assunto. O mais famoso dos folhetos é o do padre José Agostinho de Macedo, *Os sebastianistas* (1810), em dois volumes de pouco mais de cem páginas cada. É dele a premissa “Um sebastianista é um mau cristão, um mau vassalo, um mau cidadão e o maior de todos os tolos”. Além dos dois alentados livretos, Macedo ainda alimentou a “guerra sebástica” com mais cinco folhetos.³

A vivacidade dos quadros descritos por José Acúrsio das Neves indicia o quanto tudo isto deve ter ficado na tradição oral, na memória coletiva. Desconheço produções literárias em que apareça referida a guerra sebástica, mas as credices populares e aqueles que delas tiraram vantagem estão presentes em algumas obras, das quais destaco a comédia de Almeida Garrett *As profecias de Bandarra* (1848). O tema sebástico é igualmente tratado por Garrett no seu drama *Frei Luís de Sousa* (1844), lido de modo controverso, como se sebastianista

3 A bibliografia sebástica, como já se disse, é imensa e está em grande parte arrolada na Sebástica, de Vitor Amaral de Oliveira, de que constam os 33 folhetos e alguma bibliografia sobre o assunto, mas indico artigo bastante abrangente da historiadora Jacqueline Hermann, “D. Sebastião contra Napoleão: a guerra sebástica contra as tropas francesas”. *Topoi*, Rio de Janeiro, de. 2002, p. 108-133.

fora.⁴

Alguns anos mais tarde, em 1866, Miguel d'Antas publica, em Paris, *Les faux D. Sébastien: Étude sur l'Histoire du Portugal*, que encontra boa receptividade em Portugal, merecendo críticas positivas. O relato sobre os quatro homens que se fizeram passar por D. Sebastião nos anos que se seguiram à batalha (entre 1585 e 1602) também excita o imaginário literário. Sem nenhuma pretensão a fazer levantamentos que aqui não cabem, lembro *Virtudes antigas* (1868), de Camilo Castelo Branco, em que a história do pasteleiro de Madrigal é contada com humor e ironia. Um ano antes, Camilo publicara *O senhor do paço de Ninães*, romance histórico de temática sebástica. Tanto na narrativa sobre o pasteleiro como no romance, Camilo transcreve o sermão das exéquias de D. Sebastião, atribuindo-lhe diferentes autorias, sem se preocupar em dar qualquer esclarecimento... Camilo e Garrett são aqui chamados por exemplificarem o quanto a figura do Desejado está no horizonte da cultura letrada, neste caso canônica, e não apenas no imaginário popular. Nossos dois autores são polígrafos (Camilo ainda escreveu versos sebásticos) e eram já, à época em que escreveram, referências literárias e culturais para os seus contemporâneos.

O Realismo, como se sabe, não cultivou o romance histórico, de modo que temos uma ausência do tema sebástico na narrativa de ficção, embora haja poemas, de que lembro *O Desejado* (1902)⁵, de António Nobre (1867-1900). Eça de Queirós satiriza a literatura romântica em *A ilustre casa de Ramires* (1900), cujo protagonista, Gonçalo Mendes Ramires, se esforça em escrever um romance histórico sobre os feitos de seus ilustres familiares. Não bastasse o motivo – tornar-se conhecido nos meios políticos, – as “fontes” da genealogia familiar ficam restritas ao fado do Videirinha e ao poema do tio Duarte...

No entanto, a produção historiográfica e sociológica de Oliveira Martins (1845-1894) se singulariza pelo estilo rico em imagens fortes e pela agilidade da narrativa em que predominam as tomadas de posição que o afastam de uma história pretensamente objetiva e “neutra” e o aproximam do ensaísmo e até da ficção. Não quero com isto dizer ou mesmo insinuar que o discurso histórico oliveiriano ocuparia o lugar deixado vago pelo romance histórico. Contudo, como já disse, o estilo, pródigo no uso de tropos, e as claras e indubitáveis tomadas de posição transformam-no num pensador controverso. E são polêmicas as páginas que escreve sobre D. Sebastião e o sebastianismo em sua *História de Portugal* (1879), em que há reflexos da famosa conferência de Antero de Quintal, “As causas da decadência dos povos peninsulares” (1871). Já o reinado de D. João III, o Piedoso, mas impiedoso quando se tratava de aplicar os castigos inquisito-

4 Não cabe aqui esta discussão, mas recordemos que o criado Telmo é quem anseia pelo retorno do rei e do seu senhor, D. João de Portugal, cujo desaparecimento na batalha põe em causa a legitimidade do casamento de D. Madalena de Vilhena, dada a incerteza de sua viuvez. É o próprio Telmo quem reconhece, porém, que o retorno do passado pode ser catastrófico, quando a volta de D. João, transformado em romeiro, causa a destruição da família de Manuel de Sousa Coutinho.

5 Poema publicado postumamente no livro *Despedidas*, com prefácio de Sampaio Bruno.

riais, avô e antecessor de D. Sebastião, é visto por Oliveira Martins como doentio, dada a beatice do rei e do reino:

Mas esta doença da corte já era a doença de todo o reino: os doídos que apareciam por toda a parte, a fazer milagres ou endemoninhados, traduziam a loucura universal de um povo. Os terrores fúnebres da Idade Média tinham cristalizado no catolicismo peninsular; e os portugueses, exangues pela Índia, uma sanguessuga, e estonteados pelos milagres das descobertas e conquistas do Oriente, pervertidos pelo luxo, corrompidos pelas pestes e pelas doenças que vinham do Ultramar, tinham perdido a noção de realidade forte. A vida era-lhes um sonho feito de loucuras e medos. (MARTINS, 2004, p. 258)

Estavam dados os sinais dos infortúnios que culminariam na derrota de Alcácer Quibir e por consequência na perda do reino. A metáfora do reino como um corpo doente e mais que doente, louco, e por isso sem controle, continua no capítulo dedicado a D. Sebastião e a Jornada de África:

A dureza das infelicidades da pátria levava os espíritos aos estados de uma loucura febril, de uma superstição idiota, de um furor de devassidão, de medo e de extravagaria. Tudo se acreditava possível, com o desvairamento do delírio. (...) Portugal era uma nação de loucos perdidos, e no moço rei encarnava toda a loucura do povo. (MARTINS, 2004, p. 262)

Esta última frase é exemplificada ao longo do capítulo. Todos sofrem de loucura, igual à do rei ou adversa, mas loucura. Não há, assim, escapatória do precipício à beira do qual todos, sem exceção, se encontram. O capítulo seguinte, “Sebastianismo”, descreve o quadro de desespero que se segue à chegada a Portugal da notícia da derrota nas areias do Marrocos e da morte duvidosa do rei: a pobreza do reino, a desesperação das mulheres, o curto reinado do Cardeal D. Henrique, velho e doente, o não mais longo reinado de D. António, o prior do Crato, que tentou em vão lutar contra os exércitos de Filipe II. Questiona Oliveira Martins:

Não houve protestos contra a perda da independência? Houve, mas de tal natureza, que são mais uma prova da incapacidade da nação para a defender.

O prior do Crato, vencido e fugido, foi pedir à política europeia o auxílio que os portugueses lhe negavam; (...) uma teima impossível de vingar – porque o povo, deprimido e mi-

serável, nada confiava nem esperava dos homens: pedia tudo a Deus, e a um milagre.

(...) Os Macabeus de 1580 não tinham sabido menear a espada; e o povo, perdido o sentimento da sua realidade, como todo e como força, abandonava-se esperar a volta do Messias – D. Sebastião, o príncipe encantador, a divina criança, que soubera aspirar a salvação comum, que viria decerto redimir a nação!

(...) A sua fisionomia simpática, os seus próprios erros que eram virtudes, por fim a sua história trágica, fundavam os alicerces de uma beatificação que se ia formando. O povo cristalizava seus ideais, transfigurando o homem num símbolo das suas esperanças e desejos. (MARTINS, 2004, p. 278-9)

A loucura de D. Sebastião e do reino, o desastre da jornada, o desaparecimento do rei, o messianismo popular reforçado pela circulação de profecias de fonte igualmente popular (Bandarra, o sapateiro Simão Gomes) vão esboçando o quadro que Oliveira Martins se propõe traçar. Os dois primeiros falsos D. Sebastião imprimem cor forte ao quadro: o da Ericeira, pedreiro, o de Penamacor, oleiro, um nas serras de Sintra, junto ao mar, outro nas faldas da serra da Estrela,

(...) ambos no coração do país, sobre o seu dorso, junto da medula espinal, onde vibram as comoções centrais do organismo: nessa cordilheira onde moram os puro-portugueses.

(...) Por um mistério vedado à razão, encarnou em ambos a alma colectiva e são verdadeiros cristos nacionais. (MARTINS, 2004, p.279-89)

A reflexão de Oliveira Martins demonstra como a lenda, no seio do povo, não se transforma em dogma, mas sim em mito; não é transcendentalizada, é sim naturalizada e D. Sebastião é feito herói: “Heraclés e não Zeus, o Arcanjo e não o Verbo”. O povo, categoria tão cara aos românticos, é que permite o corolário do silogismo que vem sendo construído/demonstrado:

(...) quando vemos que D. Sebastião se transforma num rei Arthur, escondido na ilha viçosa dos bardos; somos, com efeito, levados a supor que o elemento primitivamente dominante nas populações é em Portugal celta, pois que os seus frutos ingénuos e espontâneos têm a cor e a forma dos produtos dessa raça. (p.281)

(...) A obra temerária dos homens caía por terra; e o povo,

abandonado e perdido, abraçava-se à natureza, fazendo do lendário D. Sebastião um génio, um espírito – e da sua história um mito.

O Sebastianismo era pois uma explosão simples da desesperança, uma manifestação do génio natural da raça, e uma abdicação da história. Portugal renegava, por um mito, a realidade; morria para a história, desfeito num sonho, envolvia-se, para entrar no sepulcro, na mortalha de uma esperança messiânica. (MARTINS, 2004, p. 283)

Alongo-me em Oliveira Martins por algumas razões. A primeira delas é porque é considerado o primeiro a tratar o sebastianismo como referência histórica. Outra, porque o seu pensamento como um todo e suas ideias sobre o sebastianismo em especial repercutem pelo século xx^o. Seguindo o protocolo de leitura, chegamos a António Sérgio (1883-1969), já no primeiro quartel do século xx, lembrando, de passagem, dois nomes importantes que voltam à figura do Desejado/Encoberto: Teixeira de Pascoaes (1877-1952) e Fernando Pessoa (1888-1935). Os três participaram da revista *A Águia*, órgão do movimento Renascença Portuguesa.

Mas é Sérgio quem nos interessa no momento. Por ser um devedor do pensamento de Oliveira Martins e ao mesmo tempo seu crítico pontual em alguns aspectos, entre eles o sebastianismo. Já em 1917, publica n' *A Águia* o artigo "Interpretação não-romântica do Sebastianismo". Sérgio critica as ideias de Oliveira Martins, principalmente as conclusões a que chega acerca do sebastianismo como manifestação do génio da raça. Sérgio atribui origem judaica ao messianismo, origem castelhana à ideia do Encoberto, e assim por diante, refutando as afirmações sobre serem os portugueses naturalmente sebastianistas: "(...) não, senhores, não nascemos sebastianistas – e não queremos, positivamente não queremos viver como se o fôssemos". (Apud. PIRES, 1971, p. 17) Diga-se também que a reação às ideias que consideravam o sebastianismo uma manifestação do génio da raça já aparecem em *O Encoberto* (1913), de Sampaio Bruno, autor também ligado à Renascença Portuguesa. Todavia, António Sérgio era um polemista, o que Bruno não era. O artigo d' *A Águia* reaparece no volume I dos *Ensaios*, em 1920, acrescido da crítica a *Evolução do Sebastianismo* (1918), de J. Lúcio de Azevedo.

Pouco depois, em 1924, Carlos Malheiro Dias é convidado por Eugénio de Castro a proferir uma conferência aos alunos da Faculdade de Letras da Uni-

6 No prefácio da obra *D. Sebastião, rei de Portugal* (1925), de Antero de Figueiredo (1866-1953), a que me referirei mais adiante, o autor defende a sua concepção da história, sempre aberta, em que não cabem juízos fechados: "O mistério do Futuro não é maior do que o mistério do Passado. A História é o mais profundo dos silêncios", diz à p. xiv. E mais adiante conclui: "Os pensamentos a que atrás me refiro são de dois nossos escritores contemporâneos: Oliveira Martins e Antero de Quental", p. xv, grifo meu. Tal afirmação corrobora a força do pensamento da geração de 70 em geral e do de Oliveira Martins em particular.

versidade de Coimbra. Às vésperas do evento, um grupo de jovens republicanos ironiza na imprensa acerca da conferência e do conferencista. Malheiro Dias, monárquico e integralista, decide não correr o risco do boicote, eventualmente do tumulto. Anula a conferência e publica o texto num livreto.

O *leitmotiv* da conferência pode resumir-se em duas palavras: patriotismo e ação. O autor dirige-se a uma geração que vai seguir-se à sua (e que é também a da Renascença Portuguesa, qualificada por ele como “atormentada”): a das convulsões do Ultimatum (1891), do regicídio (1908), da República jacobina e anticlerical (1910), da I Grande Guerra (1914-18), do consulado e assassinio de Sidónio Pais (1915-16) e da instabilidade política do regime republicano. A juventude deve agir em prol da pátria e da nação, recusando qualquer internacionalismo e restaurando os valores das grandes figuras da história, *maxime* “o rei cavaleiro e virgem”, D. Sebastião, apresentado como modelo aos jovens da nova geração. O autor inverte o significado da derrota em Alcácer Quibir e a consequente derrocada da nação, tornando-a símbolo de coragem, ação, honra:

António Nobre, a quem perguntaram qual o herói da história que mais admirava, respondeu ser D. Sebastião. Todavia, emendando o poeta, um dos atuais mentores do pensamento português no-lo apresenta como um fanfarrão mentecapto. Não, mocidade! Quem tem razão não é o racionalista, mas o poeta visionário. D. Sebastião foi uma reencarnação do Portugal do século xv: o seu misticismo, a sua bravura, a sua pureza reencarnadas.

Como ele, quisera que tivésseis o ímpeto da luta, o ardor do ideal, a candura patriótica. Combater! – eis o programa e o lema, mocidade. Combater a anarquia que nos dissolve; combater o egoísmo que nos degrada; combater os credos malsãos que nos desnaturam. E se a vitória não coroar o vosso nobre esforço, vós a tereis preparado para a geração vindoura, e com altiva consolação de ter cumprido um dever sereis abençoada pela vossa descendência. Perder combatendo vale mais do que ganhar jogando. Perder com honra como aqueles moços aventureiros, reedição quinhentista da Ala dos Namorados, que compareceram no campo funesto de Alcácer, em redor do seu rei místico e virgem. (...) Perder porque a estrela propícia se eclipsou, não porque a bravura se estiolasse. Cair no sangue, não na lama! (DIAS, 1925, p. 51-53)

A citação é longa, mas revela o propósito da ação patriótica apontada à nova geração: qual Ala dos Namorados, fazer de Alcácer Quibir uma nova Aljubarrota (1385), i.e., transformar o momento em que Malheiro Dias escreve, der-

rotista e republicano, no renascer da época gloriosa da pátria. Sem citar o nome de António Sérgio, o texto de Malheiro Dias visa-o diretamente. No trecho acima, “um dos mentores do pensamento português” que adjetiva D. Sebastião de “fanfarrão e mentecapto” é o autor da “Interpretação não-romântica do sebastianismo”. Assim começa a polêmica de representantes de duas correntes opostas do pensamento português coetâneo.

António Sérgio vai responder a Malheiro Dias numa carta-prefácio publicada em *O Desejado* (1924)⁷, antologia de alguns textos sebásticos, com o propósito de fundamentar a adjetivação que aplicou ao monarca e desconstruir o pensamento idealista e tradicionalista da *Exortação*, principalmente quanto ao rei:

Meu Amigo: Poderia compor, também eu, uma *Exortação à Mocidade*, a contradizer o seu discurso naquela parte que me diz respeito, ou então traçar um painel histórico, mostrando o fundado do meu juízo acerca do louco de Alcácer-Quibir, – juízo que atacou com rara eloquência, mas sem razão, – e contra a Razão; decidi, porém, proceder pedagogicamente. Como assim? Pondo ao alcance do nosso público, não uma defesa da minha tese, mas as próprias fontes em que assentou. (...) Pretendo que os moços ajuízem por si; e por isso, em vez de compor um trabalho histórico que fosse a defesa do que sustentei, facilito ao público o exame das fontes, – base das suas, das minhas, e de quaisquer outras opiniões. (...) O que importa acima de tudo é a disciplina mental. (SÉRGIO, 1924, p. XVIII-XXIX).⁸

Na sequência, Malheiro Dias treplica com uma nova edição da *Exortação*⁹, precedida de um volumoso prefácio que responde a Sérgio, desenvolvendo a argumentação patriótica e nacionalista, acrescida de uma copiosa defesa da

7 Note-se que a obra tem pelo menos duas edições no ano de sua publicação. Uso a segunda. Também esta “polêmica sebástica” deu gasto a muito papel. Detenho-me nestes dois títulos de Sérgio e Malheiro Dias, mas a Sebástica arrola outros artigos de Sérgio sobre o assunto e Malheiro Dias publicará, em 1925, *O Piedoso e o Desejado*.

8 O livro é dedicado “à memória de Nunálvares, Infante D. Henrique, D. João II, reflexivos e verdadeiros heróis (e verdadeiros porque reflexivos) que souberam levar-nos à vitória; e à juventude portuguesa, para que aprenda a ver por estas páginas os efeitos da moral romântica, e o valor, portanto, das disciplinas racionais, do esforço sobre si próprio (...) e se habitue a examinar pelos seus olhos, sem paixão nem preconceito, os homens e os acontecimentos, contra as vagas concepções românticas, produtos da indolência mental que levam à derrota e à perdição”.

9 A nova edição é dedicada a Antero de Figueiredo, “mestre da boa linguagem e da boa doutrina”. A dedicatória evoca uma visita que ambos fizeram ao campo da batalha de Alcácer Quibir. No mesmo ano, Antero de Figueiredo, publica D. Sebastião, rei de Portugal, dedicando-o a Malheiro Dias “meu querido amigo” e igualmente refere-se a ida “à campina trágica de Alcácer-Quibir”. No prefácio, declara sua concepção idealista da história e faz a apologia da emoção, criticando a frieza do racionalismo, ou seja, tal como Malheiro Dias, Antero de Figueiredo também ataca Sérgio sem citar-lhe o nome.

figura e da ação do rei, herdeiro da gesta heróica e imperial portuguesa, da primeira e da segunda dinastias.

O projeto de ambos os polemistas é homólogo: um e outro dirigem-se a uma geração que irá superar os impasses por eles vividos. A controvérsia é premonitória: em 1926 um movimento militar vai derrubar a república parlamentar e abrir caminho ao Estado Novo de Salazar. A geração a que Malheiro Dias e Sérgio se dirigem será a do salazarismo, a versão portuguesa dos fascismos europeus. Malheiro Dias terá a razão da história próxima: o regime salazarista exortava a juventude através de um lema que os sebastianistas não recusariam: *Honra, Dever, Serviço e Sacrifício*. António Sérgio será, até a sua morte, em 1969, um dos opositores mais destacados do novo regime.

Eis a polêmica, eis os dois prefácios, falta ainda o romance de Aquilino Ribeiro. A dedicatória endereçada a António Sérgio enumera as suas muitas qualidades que Aquilino reconhece e que o faz devedor da homenagem ao autor dos *Ensaio*s. E segue com explicações acerca do romance:

(...) Compus o presente livro – vai dar conta – um pouco ao estilo de Veronese, que vestia os seus rabinos sumptuosos, os seus comedores cananeus, mulheres de tribo no guarda-roupa dos doges e patrícios. Por outra, a linguagem, indumentária do pensamento, nem sempre vem patinada de verde-bronzeado do século em que decorre o drama. Pareceu-me tal requisito fora da razão, ridículo até, abolido no próprio Teatro de D. Maria, de pomposa memória. Mas a piratas de Argel, fraudes da Igreja Latina e monges de Monte Santo, galés e polacas, combates na terra e no mar, sobretudo ao *Encoberto* e ao *Demónio do Meio-Dia*, procurei pintar com honesta verdade, segundo os tombos e a luz da crítica. Representar estas duas personagens de alto coturno com preconcebimento de credo ou paixão facciosa seria cometer uma simonia literária de que arrenego. Por esta virtude, ao menos, que o meu preito seja grato ao contendor vitorioso do *Desejado*. Muito seu Aquilino Ribeiro.

Começemos por comentar o final da dedicatória, quando Aquilino pretende que sua homenagem seja grata “ao contendor vitorioso do *Desejado*”. Passados onze anos, Sérgio seria considerado o vencedor intelectual da polêmica sebástica. O *Desejado*, que vem grifado no texto, assim como o *Encoberto* e o *Demónio do Meio-Dia*, tanto pode referir-se a D. Sebastião como ao título da coletânea organizada por Sérgio. Em outras palavras, antes mesmo da leitura do romance, já sabemos não se tratar de um romance com ideias sebastianistas, o que discutiremos mais adiante.

Voltemos às considerações metaliterárias, que são bem significativas e que apontam, sem que Aquilino o declare, para o modelo de romance histórico “tradicional”, que é o de fazer um retrato de época o mais fiel possível: linguagem, espaço, mentalidades, costumes, etc. etc. Quanto a esses quesitos, e de acordo com essa concepção tradicional, o romance não é histórico. No entanto, por tratar de figuras históricas como D. Sebastião e Filipe II de Espanha, “de alto coturno”, os retratos hão de ser fieis, assim como outros personagens e ações que acontecem ao longo da trama. Vamos a ela.

O romance começa com a batalha, descrita com o rigor prometido: os nomes dos fidalgos portugueses, os inimigos mouros, as armas, as vestimentas de uns e de outros, o andamento da luta, a derrota sob o sol escaldante de agosto, o comportamento do rei, tudo é narrado com realismo e agilidade até o ponto em que D. Sebastião deixa o campo a galope, seguido tão somente de Frei Salvador da Torre e de um fidalgo das Beiras. Afastam-se bastante até encontrar um desertor português que vai seguir para Arzila. O rei e os dois homens seguem com ele. Assim começa a aventura maravilhosa de D. Sebastião, que sobrevive à derrota e foge. Maravilhosa no sentido de fantástica, como se pode ver pelo seu início. O capítulo termina com a chegada a Arzila e o célebre episódio que dá azo às esperanças da volta do rei. Os três batem às portas da praça e, quando finalmente aparece alguém, o frade manda abrir dizendo que é el-rei. O fato é registado em crônicas coevas: sabe-se que entrou um encapuzado que passou por ser el-rei. Embora mais tarde o equívoco tenha sido esclarecido, concomitantemente permanece a anedota criadora de expectativas e que é aproveitada por Aquilino. De Arzila o rei é levado para Portugal, para um mosteiro na costa vicentina. Esse mosteiro é visitado por Manuel Antunes, enviado de el-rei, o Cardeal D. Henrique. A visita deve-se a boatos de aí estar o jovem rei derrotado. A conversa entre o emissário e o guardião do mosteiro diz bem das controvérsias sobre a morte de D. Sebastião; por um lado, testemunhas que viram o cadáver do rei, por outro, os boatos da sua entrada na praça de Arzila, acrescidos das notícias que a matéria ficcional cria... No entanto, Manuel Antunes, que declara não ter opinião formada sobre qualquer das duas notícias, reafirma a situação precária em que se encontra o reino, que perdeu a batalha e com ela a flor dos portugueses, sem falar nos gastos, primeiro com os preparativos da jornada, depois com os resgates dos sobreviventes, num tom crítico das decisões do rei. O guardião leva-o a uma cela e pede que olhe pelo ralo da porta. O emissário vê um homem de joelhos a rezar, com a cara ou abaixada ou coberta pelas mãos, dificultando assim o reconhecimento, mas que se dá, para sua grande surpresa. Era D. Sebastião. O guardião explica que o homem que ali está é um pecador e penitente, que não quer ser identificado por quem era. Que tem pesadelos horríveis, que grita em meio ao sono, como relata ao emissário:

(...) Anos seriam pouco, em duração, comparados aos dias

horríveis que vai passando. Dilaceram-no mais os remorsos que os abutres aos cadáveres nos campos de Alcácer. Vive, em imaginação, cercado de mortos, cheios de ira, e de vivos que o acusam e pedem vingança, e é triste sina da criatura continuar a lutar contra tal imensidade de fantasmas. Metade do tempo luta consigo, com as sombras, com o mouro, com o destino, com Deus. A outra metade revolve o passado e delira com o que fez e não devia ter feito, com o que devia ter feito e não fez. Nos raros intervalos deste batalhar sem tréguas reza. Frei Salvador ouviu-o já de confissão geral. Segundo aquele meu irmão em São Francisco, é propósito de el-rei D. Sebastião partir para os lugares santos a penitenciar-se. (RIBEIRO, 1985, p. 40)

É este o estado de espírito de D. Sebastião que prevalece, com variações de intensidade, ao longo da narrativa. Com culpa, remorsos e arrependimento, numa atitude humilde reforçada pelo anonimato, D. Sebastião vive situações inusitadas e muitas vezes extremas, ao longo de 20 anos, sempre em companhia de frei Salvador, que desempenha papel de guardião, protetor, confessor, orientador. A desastrosa batalha e a fuga para Arzila e posteriormente para o mosteirinho de S. Vicente transformam o jovem arrogante e insensível a conselhos num penitente arrependido, num homem que ora sofre ora enfrenta os inúmeros reveses com obstinação e coragem. É como se a realidade se tivesse imposto e D. Sebastião tivesse finalmente entendido o sentido dos versos de Camões n' *Os Lusíadas*, "*Não se aprende, Senhor, na fantasia,/ Sonhando, imaginando ou estudando,/ Senão vendo, tratando e pelejando.*"¹⁰ Duro o aprendizado do rei sobrevivente. O narrador respeita o anonimato referindo-se ao rei fugitivo como o cativo, o prisioneiro, o barbirruivo, etc. etc., conforme a situação. Raramente D. Sebastião é nomeado. Sua situação é de fato paradoxal: ele é o rei que não é mais rei, que oficialmente foi dado como morto mas sobrevive.

Nos delírios febris ou oníricos¹¹, ou mesmo quando D. Sebastião já consegue elaborar um discurso lúcido sobre si próprio¹², Aquilino traz para a narrativa

10 *Os Lusíadas*, Canto X, est. 153, versos 6-8.

11 Cf., a título de exemplo, o solilóquio febril, depois de uma luta contra piratas, no mosteiro do monte Atos, em cuja vizinhança D. Sebastião e Frei Salvador permanecem por uns tempos, pp. 167-172: entre outros acontecimentos o rei refere-se à profanação dos túmulos reais que cometeu em Alcobaça e ao entusiasmo com que assistiu à morte de uma judia na fogueira num auto-de-fé.

12 Na sequência, os piratas declaram a paz e um deles vai ao mosteiro com ordem de prisão a D. Sebastião, rei de Portugal mas escravo fugido de Amorate III. Uma vez reconhecido, já não pode permanecer no mosteiro, sob pena de pôr em risco a vida de todos. Na véspera da fuga, o hígómeno, durante a ceiazinha, faz perguntas ao rei sobre a derrota em Alcácer Quibir: "e o rei, posto lhe pesasse fazer o relato de acontecimentos de que era protagonista (...), tão isento de amor-próprio que parecia despersonalizar-se, descreveu por que vias a sua fogosa e temerária mocidade se lançara na aventura da Mauritània." (RIBEIRO, 1985, p. 186). Cf. pp.187-197 em que a batalha é narrada do ponto de vista do rei, com reconhecimento dos erros e justificativas

romanesca todo o tipo de relatos que circulam sobre o Encoberto: dados históricos, profecias, lendas, informações mais ou menos disfóricas, correspondentes aos estados de espírito do personagem. O efeito é dos mais interessantes: D. Sebastião, o personagem aquilino, é composto de tudo que disseram sobre ele, bom ou mau, verdadeiro ou falso, exagerado ou exato. O narrador não toma partido quanto a correspondência ou não à verdade histórica nos vários episódios que vai contando da vida e da lenda do rei. No entanto, ao narrar e ao atribuir diálogos aos vários personagens, Aquilino, como anunciado na dedicatória, faz uso da linguagem que lhe é contemporânea. O efeito é de distanciamento do narrador em relação à matéria narrada e de atualização do discurso sebástico como um todo. Talvez por isso Óscar Lopes (1990, p. 9-10) considere, a meu ver erradamente, “sarcástica” a *Aventura maravilhosa*, que seria “a contrapartida” do romance histórico *D. Sebastião*, de Antero de Figueiredo. Não diria ser contrapartida do romance de Figueiredo em especial, mas sim da querela sebástica como um todo, com o amadurecimento que a distância temporal lhe confere e que a ficção legitima.

Voltemos ainda às aventuras maravilhosas vividas por el-rei ao longo de 20 anos. Com a intenção de ir para a Terra Santa e quem sabe viver ali o seu sonho de ser “capitão de Deus”, o navio em que viajam D. Sebastião e seu guardião é aprisionado por piratas argelinos. A vida entre os mouros e judeus de Argel é descrita com a vivacidade e o realismo próprios de Aquilino. Ou seja, a África moura é vivida por D. Sebastião no seu quotidiano mais ordinário e ignóbil, que é o do estrangeiro prisioneiro, leiloado por muito dinheiro, na expectativa que o seu dono consiga um bom resgate em curto tempo. É a antípoda do sonho de ser imperador do Marrocos. É a renovação do cativo do Infante Santo. Obrigado a remar em galés, sofre todo o tipo de agrúrias, mas consegue escapar. E assim se sucedem aventuras em um périplo por terras estranhas, sempre com resignação, à espera de um sinal divino que lhe apontasse a oportunidade de voltar a Portugal. Quando entende ser chegada a hora, dirige-se à Espanha e procura seu tio, Filipe II, no Escorial, já acometido da doença que o levará à morte, apodrecendo sobre um leito, comido por vermes, fétido e com dores lancinantes. É o último capítulo do romance e é o seu ponto alto.

Filipe II sabe que vai morrer mas ainda pensa no seu poder, gostaria de voltar a Lisboa e impor sua vontade para unificar de fato a Ibéria. Avisado de que um forasteiro insiste em vê-lo, manda-o vir à sua presença. O desconhecido, que parece-lhe familiar, acaba por se identificar como seu sobrinho. O tio faz-lhe perguntas para ter certeza de que é D. Sebastião. Este conta-lhe a sua aventura maravilhosa, narrada em estilo indireto livre que não me furto de citar, pois que é o resumo do romance e mais o que não conta e aconteceu:

Movido, talvez, mais pelo sentimento da inutilidade em que

de tomadas de decisão que levaram ao fracasso total.

redundaria o seu sacrifício do que pelo instinto de conservação, metera ao caminho de Arzila; de Arzila como viera parar ao convento dos piedosos, no cabo de S. Vicente, e daí, sob anonimato, às mãos dos corsários. Estes haviam-no despachado ao Grão Turco, para castigo duma tentativa de evasão, mas quisera a divina providência que a borrasca arrojasse a galé às costas da Calcídica, onde fora agasalhado pelos monges agioritas da regra de S. Basílio. Na montanha santa do Atos tivera ensejo de chorar os seus desvários e penitenciar-se, até que por via indireta a mão de Deus o conduziu mais além. Tendo subido o Danúbio, de rumo a Flandres, encontrara certo dia com as tropas alemãs que se dirigiam em marcha forçada a socorrer uma praça forte da Romélia, acediada pelos turcos. O seu génio de paladino não lhe permitiu ficar indiferente ao aparato bélico e alistou-se no exército imperial. Caiu prisioneiro dos otomanos que o remeteram para Constantinopla onde novamente levou vida de galeote. Tendo conseguido evadir-se para a Pérsia, comandou a cavalaria do xá em mais dum recontro vitorioso com os janízaros de Amurat III. Da Pérsia, assinada uma trégua com a Sublime Porta, passou à Abissínia, onde se bateu contra as tropas de rás cismático e parricida, e foi galardoado pelo imperador com honras reais. Pelo Soldão, de leva com uma caravana, alcançou a Palestina. Palmeou a Terra Santa desde Sidon a terra de Moab, desde Jop a Galaad, e pode dizer-se que contou uma a uma as pedras da rua da amargura e os sargaços do Monte das Oliveiras. Esteve no mosteiro de Nossa Senhora do Vale de Josafat, dos frades menores, até que a inspiração do Senhor, forte como rajada, lhe mandara retomar a posse dos seus estados. (RIBEIRO, 1985, p. 217-218)

O romance narra com pormenores de realismo, como já disse, as aventuras até a saída do monte Atos. O que mais é narrado ao tio doente fica apenas resumido neste relato, verossímil se contrastado com o que é desenvolvido detalhadamente: arrependimento, culpa, reconhecimento de erros, pendor religioso e “génio de paladino”. Note-se que o propósito inicial de ir à Terra Santa cumpre-se enfim e lá recebe o tão esperado aviso divino para regressar a Portugal e reassumir o trono. Pede-o ao tio. Este, que há poucas horas se comprazia com poder que tinha, é desdenhoso com o sobrinho: menospreza Portugal e os portugueses, diz que aceita devolver a coroa com prazer porque quer limitar-se a governar Castela “povo com carácter, o que não sucede no resto da península” (RIBEIRO, 1985, p. 220). Manda Cristóvão de Moura dar guarida ao rei português: “Sua Majestade é meu hóspede. Não tem que dar mais um passo fora do

Escurial” (idem). E fitou o valido nos olhos com a fixidez imperativa com que ordenava eliminações físicas por razões de estado. Cristóvão de Moura entendeu o mandado sinistro.

Assim termina a aventura maravilhosa do rei. O Desejado continua Encoberto¹³.

Assim termina, pelo menos provisoriamente, a querela sebástica. O sebastianismo, monarquista e tradicionalista, integra-se no salazarismo, doutrina política que se propõe fundir todos os ideais reacionários lusitanos. Em paralelo, o racionalismo de Sérgio dilui-se no republicanismo de oposição a Salazar, privilegiando, como diferença, o ideal cooperativista, ora tolerado ora perseguido pelo regime, e que perde qualquer conteúdo messiânico. Sem sebastianismo, não há lugar para o anti-sebastianismo. Cabe à literatura e não à política fazer a síntese entre as duas correntes representadas respectivamente por Malheiro Dias e António Sérgio: o rei Sebastião de Aquilino Ribeiro não regressa a Portugal e é liquidado por Filipe II, como pretendem os racionalistas, mas depois de Alcácer vive uma existência marcada pela culpabilidade, pelo arrependimento, pela expiação, pela prece e pela coragem, como pretendem os idealistas. O que o debate de ideias não resolve, resolve-o afinal a fábula¹⁴.

Termino, deixando para a homenageada a questão de gênero literário que a leitura de *Aventura maravilhosa de D. Sebastião, rei de Portugal, depois da batalha com o Miramolim* necessariamente coloca: trata-se ou não de um romance histórico?

13 Aquilino Ribeiro regressará à figura do rei em uma das crônicas históricas reunidas em *Príncipes de Portugal* (1952) com o título significativo “Sebastião, o Desejado e Inverosímil”.

14 O regresso de D. Sebastião à literatura e ao cinema após o 25 de abril de 1974 insere-se na linhagem aquiliniana: é sebástica e não sebastianista, i.e., explora, sem qualquer crença messiânica, a personalidade excessiva do rei em termos ficcionais.

- DIAS, Carlos Malheiros. *Exortação à mocidade*. Nova edição precedida de uma resposta à carta-prefácio do sr. António Sérgio no seu livro “O Desejado”. Lisboa: Portugal-Brasil, 1925.
- FIGUEIREDO, Antero de. *D. Sebastião, rei de Portugal (1554-1578)*. 9 ed. rev. Lisboa: Bertrand, 1943.
- LOPES, Óscar. Coordenadas de Aquilino Ribeiro na literatura portuguesa. *Colóquio Letras*, n. 115/116, p. 7-14, mai. 1990.
- MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. 21 ed. Lisboa: Guimarães, 2004.
- NEVES, José Acúrsio das. *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste Reino*. Lisboa: Afrontamento, 2008.
- OLIVEIRA, Vítor do Amaral. *Sebástica*. Bibliografia geral sobre D. Sebastião. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 2002.
- PIRES, António Machado. *D. Sebastião e o Encoberto*. Estudo e antologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.
- RIBEIRO, Aquilino. *Aventura maravilhosa de D. Sebastião*. Lisboa: Bertrand, 1985.
- RIBEIRO, Aquilino. *Príncipes de Portugal – suas grandezas e misérias*. Lisboa: Bertrand, [s.d].
- SÉRGIO, António. *O Desejado*. Depoimentos de contemporâneos de D. Sebastião sobre este mesmo rei e sua jornada de África. Precedidos de uma Carta-Prefácio a Carlos Malheiro Dias. 2 ed. Lisboa: Bertrand, 1924.

Submetido em 16/9/2016

Aceito em 24/9/2016